



# SINOPSE DOU SEÇÃO 1



## Atos do Poder Executivo

### Decretos

**Nº 9.917, de 18 de julho de 2019**, que "Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos" (Citada LC 95 versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis; estabelecendo também normas para a consolidação de atos normativos).

Obs.: Esta norma revoga 323 decretos publicados entre os anos de 1918 a 2019 que versam, dentre outros, sobre prêmios literários nacionais; Criação de Comissão Especial com finalidade de propor programas para os Estados de GO e TO; Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária e etc.

**Nº 9.918, de 18 de julho de 2019**, que "Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal".

**Nº 9.920, de 18 de julho de 2019**, que "Institui o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acessão da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE".

**Nº 9.921, de 18 de julho de 2019**, que "Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa".

## Presidência da República

Despachos do Presidente da República

### Mensagem

**Nº 306, de 18 de julho de 2019**: "Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que 'declara a revogação de leis e decretos-leis, para fins do disposto no art. 14, § 3º, I da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998' (Citada LC 95 versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis; estabelecendo também normas para a consolidação de atos normativos).

## Ministério da Defesa

Comando da Aeronáutica

### Portaria

**Nº 1.220/GC3, de 18 de julho de 2019**, que "Revoga anexo da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, declarado inaplicável por Portaria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC" (A Portaria revogada dispõe sobre Planos Específicos de Zoneamento de Ruído).



---

**Ministério do  
Desenvolvimento  
Regional**

Gabinete do Ministro

Portaria **Nº 1.735, de 16 de julho de 2019**, que “Estabelece diretrizes para as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para os fins que especifica”.

Conselho Curador do  
Fundo de Desenvolvimento  
Social

Resolução **Nº 221, de 6 de dezembro de 2018**, que “Institui novo Plano de Metas e Diretrizes Gerais de aplicação dos recursos alocados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para execução do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, relativo ao Exercício de 2019”.

---

**Ministério da Economia**

Secretaria Especial da  
Receita Federal do Brasil

Instruções Normativas

**Nº 1.900, de 17 de julho de 2019**, que “Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, que Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)”.

**Nº 1.901, de 17 de julho de 2019**, que “Dispõe sobre o regime especial de industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização)”.

**Nº 1.902, de 17 de julho de 2019**, que “Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2019”.

Portaria **Nº 1.234, de 16 de julho de 2019**, que “Altera a Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013, que dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e a Portaria RFB nº 1.936, de 6 de dezembro de 2018, relativamente à consulta interna e à revisão de atos normativos elaborados pela RFB”.

---

**Ministério de Minas e  
Energia**

Agência Nacional de  
Energia Elétrica

Resolução Normativa

**Nº 851, de 16 de julho de 2019**, que “Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL”.